

Ata de Reunião

1. IDENTIFICAÇÃO

Projeto: **Implantação do SIGEP**

Data: 26 de junho de 2017

Local: Sala de reuniões da Diretoria-Geral

Horário: das 15h às 17h30min

2. PARTICIPANTES

Tatiana Krause – Diretoria-Geral

Michel Barreto da Silva – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

André Soares Farias - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Rubilar da Silva Jardim – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Márcia de Lima Costa - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Cristina Schmidt – Secretaria de Gestão de Pessoas

Gisele Santos Sena - Secretaria de Gestão de Pessoas

Paulo Ricardo Barreto Ferreira - Secretaria de Gestão de Pessoas

André Marinho – Secretaria de Orçamento e Finanças

Carine Kohmann – Secretaria de Apoio aos Magistrados

Graziela Doberstein Xavier - Secretaria de Apoio aos Magistrados

Beatriz M. Flores – Escola Judicial

Cristina Hirt Pontes – Coordenadoria de Saúde

Romy Bruxel – Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

3. OBJETIVOS

Verificar problemas enfrentados pelas áreas com o uso do SIGEP e monitorar as pendências do projeto.

4. PAUTA

Assuntos tratados e deliberações:

1. Validação da ata do dia 19 de junho: documento aprovado.

2. Problemas relatados pelas áreas usuárias do SIGEP

Cristina Pontes relatou que o SIGEP não dispõe de campo para informar o CID (Classificação Internacional de Doenças). Gisele informou que já foi aberto Redmine e que o TRT de São Paulo faz controle do CID em sistema paralelo. Outro erro relatado pela Cristina Pontes refere-se aos períodos dos relatórios. O período apresentado no relatório é diferente do selecionado. Rubilar cogitou que tenha ocorrido erro na migração dos dados e sugeriu que a

Coordenadoria de Saúde abra chamado pelo AssystNet para registrar o erro. Reforçou que sempre que for aberto chamado referente a erros no SIGEP seja informado, como assunto, “demanda SIGEP”. Quanto a sugestões de melhorias no SIGEP, deve ser enviado e-mail para Tatiana, que levará para análise quanto à prioridade da implementação.

Carine informou ter percebido mudanças nos códigos relacionados às licenças saúde, algumas licenças para tratamento da própria saúde estavam com código 18 e outras com 84. Não soube afirmar se um deles era dado migrado e outro lançado no próprio sistema ou se a CSAUDE teria utilizado dois códigos diferentes. Percebeu que alguns deles não geraram necessidades no módulo de designação de magistrados. Tatiana esclareceu que os códigos apresentados pelo SIGEP são diferentes daqueles que eram informados no RH e que essa situação ocorreu também em relação a outros campos, nos quais a lista de opções oferecida pelo SIGEP era insuficiente para cobrir todos os casos existentes no TRT4. Para solucionar o problema, defendeu que o rol de opções seja padronizado nacionalmente e que nele constem opções suficientes para acomodar as necessidades do TRT4. O problema só será solucionado na próxima migração, quando deverão ser utilizadas somente as opções disponibilizadas pelo SIGEP. Enquanto isso não acontece, para as licenças cadastradas que não gerarem necessidades no módulo de Designação de Magistrados, estas necessidades serão criadas pela SEAMA no módulo de designação diretamente com a finalidade de designar os juízes substitutos para os substituir os juízes em licença.

Beatriz relatou que não consegue informar licenças para cursos que têm duração inferior a um dia. Paulo informou que o efeito é apenas no controle do ponto, pois o registro não tem o objetivo de fazer o controle da jornada. Disse que precisarão combinar regras de negócio em relação a essa questão.

Beatriz relatou também que, ao tentar realizar algumas operações, sobrevém uma mensagem dizendo que a memória é insuficiente. Rubilar cogitou que pode ser um problema da máquina que a servidora está utilizando ou por estar utilizando o sistema RH e o SIGEP ao mesmo tempo. Já foi aberto chamado relativo a esse problema e sua solução será encaminhada por aquele canal. Beatriz informou que ainda está aprendendo a usar o sistema e tem expectativas de que o curso que fará em agosto será útil para isso. Cristina informou que o curso que acontecerá em agosto se refere a outro módulo do SIGEP, voltado para as Escolas Judiciais.

Beatriz relatou também que ao informar os dias em que algum curso ocorre, o sistema entende que a duração do curso é da primeira data até a segunda, enquanto o correto seria considerar dias isolados. Atualmente está contornando a situação desmarcando os dias em que o curso não acontece. Paulo pensa que talvez não estejamos sabendo utilizar o sistema corretamente.

Graziela relatou problema referente à marcação das férias dos juízes. O sistema não importou os períodos que os juízes tinham por marcar e não está possibilitando marcar férias novas deferidas pela Corregedora Regional, além daquelas da escala semestral que foram importadas corretamente. Paulo esclareceu que o sistema não entende que existem períodos “sine die”, e que todos os períodos devem ser marcados, mesmo que seja necessário alterar posteriormente. O assunto será tratado juntamente com as férias dos servidores, que enfrentam problema semelhante. Ainda mencionou ter percebido que o sistema só permite

dar 60 dias de férias por ano ao magistrado e temos casos nos quais que um terceiro período é deferido, totalizando 90 dias de férias por ano.

Também relatou que um período de férias marcadas pelo módulo Férias cria no módulo de designação de magistrados uma necessidade para designação de juiz substituto e uma necessidade de 30 dias, não resta suprida se não houver designação de juiz substituto para aquele período exato, os 30 dias, numa mesma designação. Ainda que se designe magistrado para atender os 15 primeiros dias, a necessidade permanece aparecendo como de 30 dias. Não há certeza de que três designações de 10 dias tornem a necessidade suprida, ou seja, "desapareça" do rol de necessidades. Tatiana solicitou que SEAMA encaminhe e-mail explicando a situação, para que seja aberto Redmine.

Paulo esclareceu que o sistema não entende que existem períodos "*sine die*", e que todos os períodos devem ser marcados, mesmo que seja necessário alterar posteriormente. Tatiana solicitou que SEAMA encaminhe e-mail explicando a situação, para que seja aberto Redmine. O assunto será tratado juntamente com as férias dos servidores, que enfrentam problema semelhante.

Beatriz perguntou se o SIGEP permite o gerenciamento de inscrições para cursos, pois utilizava o Admin para isso. Cristina disse que acredita que no módulo específico para as Escolas Judiciais está previsto e sugeriu que se aguarde definição quanto a isso.

Marinho perguntou ao Michel se haviam evoluído em relação aos quintos. Michel informou que o assunto vem sendo tratado pelo Zambiasi, que está em férias até o dia 10 de julho. Comprometeu-se a enviar um "select" para Marinho, para que tente entender as regras de migração utilizadas.

Cristina relatou situação de servidor novo a quem foi atribuído um código que já existia no RH. Michel esclareceu que a situação ocorreu no dia da migração, pela diferença de tempo entre a migração e o cadastramento do referido servidor. O problema já foi resolvido, sendo que o código do servidor passou de 114 537 para 114 588.

Tatiana solicitou que se forem encontrados dados estranhos no sistema isso seja relatado, pois podem ser erros decorrentes da migração.

3. Pendências:

Foi verificada a situação de cada uma das pendências:

1 Incluir, no documento que será encaminhado ao Comitê Gestor, questão que envolve a substituição: Concluída

2 Informar à SETIC caso concreto de pelo menos um usuário em que o erro "socket..." está ocorrendo e outro no qual o erro não ocorre: Concluída

3 Convidar representante da SEAMA, da CSAúde e da Escola Judicial para participar das reuniões: Cumprida

4 Investigar a origem do erro "socket...", com base nas informações repassadas pela Gisele (item 2): pendência será acompanhada pelo AssystNet

5 Validar qual código deve ser considerado válido em relação aos nomes em duplicidade listados: Rubilar enviou e-mail esclarecendo o procedimento feito pela SETIC. Explicou pessoalmente a situação para a Cristina, que discordou do critério adotado. SEGESP irá rever a planilha e dará retorno à SETIC.

6 Excluir os registros apontados como duplos e transferir os dados para os códigos válidos, de maneira que todos os dados sobre determinada pessoa fiquem sob o mesmo código: depende da pendência 5. Novo prazo é 10/7.

7 Abrir Redmine para documentar o problema em relação à proporcionalidade e acrescentar à lista de assuntos a serem levados pela Bárbara ao Comitê Gestor Nacional: cumprida

8 Gerar relatórios do SIGEP com a utilização do Discoverer: prazo vence em 3/7

9 Validar risco citado no TAP: Marinho havia elencado 4 riscos. A equipe decidiu que o risco *“Inviabilidade de pagar qualquer tipo de folha de pagamento (mensal, de gratificação de natal, de férias ou suplementar) somente com o SIGEP (FolhaWeb-JT)”* deveria ser excluído, pois é o efeito de outros problemas e não um risco no sentido técnico. Marinho discordou da exclusão. Os demais riscos citados foram mantidos, porém com alteração na redação.

As pendências 10, 11 e 12 estão dentro do prazo.

3. Outros assuntos:

Tatiana disse que reconsiderou a sua decisão de centralizar a abertura de todos os Redmines, pois a tarefa demanda conhecimentos técnicos que são de domínio das áreas. O fluxo combinado ficou o seguinte: a área que identificou um problema abre chamado no AssystNet; SETIC verifica se a situação pode ser resolvida internamente ou se é caso de alteração no sistema; no caso de problemas que demandariam alteração no sistema, SETIC leva a questão para discussão na reunião de projeto, para que seja decidido se deve ser aberto Redmine; se for decidido pela abertura de Redmine, a SEGESP verifica se a alteração impacta outros módulos ou campos; após análise pela SEGESP, a própria área abre o Redmine.

Rubilar compartilhou planilha com todos os chamados já abertos no AssystNet. Informou que 75% deles foram resolvidos pela SETIC e que 6 estão em andamento. A planilha também apresenta uma descrição do problema e o acompanhamento.

Tatiana trouxe à discussão a solicitação, por parte do TRT24, de acessar a Folha de Pagamento do TRT4 e perguntou a opinião da equipe. Paulo se posicionou contra a permissão de acesso, pois as informações são muito sensíveis, há um risco considerável envolvido e, por isso, o acesso deveria ser controlado. André mencionou que em relação ao PJe foi firmado convênio para conceder acesso a outros órgãos, que passaram a ter acesso à base de dados do PJe. Por fim, foi sugerido que a pessoa do TRT24 que acessaria a Folha de Pagamento seria convidada para vir ao TRT4 onde, acompanhada de servidores deste Regional, acessaria a Folha e faria os testes necessários. Tatiana irá responder ao protocolo eletrônico, falar dos riscos envolvidos na hipótese de acesso remoto e sugerir a visita do servidor do TRT24 ao TRT4.

Solicitada a inclusão de nova pendência, de responsabilidade da SETIC: lançar classe padrão de magistrados, com prazo de 10/7 para conclusão.

Cristina relatou situação de servidor que foi removido e redistribuído e perguntou se deveria usar 2 códigos para ele. Marinho disse que nesses casos fará os ajustes manualmente e que, por enquanto, deverá ser utilizado apenas 1 código por servidor.

Paulo relatou que na semana anterior participou de encontro dos diretores das Secretarias de Gestão de Pessoas e que um dos assuntos abordados foi a implantação do SIGEP. Comentou que os diretores estavam muito empolgados com uma ferramenta de BI chamada de Pentaho, que teria facilitado enormemente a migração dos dados do sistema RH para o SIGEP. André esclareceu que o Pentaho é uma ferramenta de BI gratuita e de código aberto, semelhante ao SAP-BO utilizado pelo TRT4. Acredita que a ferramenta adotada pelo TRT4 é tão eficaz quanto o Pentaho. Paulo mencionou também outro software, denominado “Penas de Pavão”, que teria sido utilizado pelo TRT7 para a migração de dados. Solicitou que a SETIC faça contato com a área de TI do TRT7 para conhecer a metodologia e os softwares utilizados por aquele Tribunal ao fazer a migração para o SIGEP. André se prontificou a fazer contato e relatar na reunião do dia 3/7.

4. Conclusão e encaminhamentos:

A próxima reunião será no dia 3/7/17, às 15h, na sala de reuniões da Diretoria-Geral. As representantes da SEAMA, da CSaúde e da Escola Judicial foram convidadas.

5. PENDÊNCIAS/ ENCAMINHAMENTOS

Tarefa	Responsável	Prazo
1 Abrir chamado no AssystNet para registrar o erro relativo aos períodos dos relatórios	Cristina Pontes	3/7
2 Enviar e-mail para Tatiana explicando o problema relativo à marcação das férias dos juízes, para que seja aberto Redmine.	Graziela	3/7
3 Enviar “select” referente às regras de migração para Marinho	Michel	3/7
4 Rever a planilha com códigos em duplicidade e dar retorno à SETIC	Cristina	3/7
5 Excluir os registros apontados como duplos e transferir os dados para os códigos válidos	Rubilar	10/7
6 Gerar relatórios do SIGEP com a utilização do Discoverer	Gisele	3/7
7 Responder ao protocolo eletrônico	Tatiana	3/7

referente ao acesso do TRT24 à Folha de pagamento do TRT4 e sugerir visita do servidor do TRT24 ao TRT4		
8 Contatar TRT7 para obter informações sobre softwares utilizados na migração de dados (Pentaho e Penas de Pavão)	André	3/7
9 Elaborar relatório quantitativo, por período, dos campos alterados <i>on line</i> na ferramenta de alteração de dados cadastrais contida no Portal VOX	Cristina	5/7
10 Lançar classe padrão de magistrados	Rubilar	10/7
11 Identificar as regras de migração dos quintos da Folha de Pagamento para o SIGEP	Marinho	14/8
12 Criar glossário com o detalhamento do conteúdo de cada campo do SIGEP	Cristina	De 14/6 até a consolidação do sistema